

REQUERIMENTO DE VISITASUnidade Penal **PEM**

Senhor Diretor:

O epigrafado requer à Vossa Senhoria, através do Setor de Serviço Social, autorização para realizar visitas a um preso desta Unidade Penal.

Custodiado(a) Preso(a):

_____ Pront.: _____

Requerente (Visitante):

_____ Cred. nº _____

Profissão: _____ Afinidade: _____ Sexo: () F () M

Rua: _____ FONE: (____) _____

Cidade _____ Bairro: _____ CEP: _____

e-mail/Obs: _____

RG nº _____ CPF nº _____

ASSUNTO:

- () Renovação () Nova credencial () Inclusão () 2ª via () Reativação
() Inclusão de menores () Transferência de responsável de menores (Irmãos ou Filhos)
() Regalia de Visita Íntima. **DECLARO** para os devidos fins que tenho conhecimento dos riscos a que estarei exposto(a) por ocasião da realização da visita íntima e que assumo a responsabilidade do risco de contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Declaro serem verdadeiras as informações prestadas e assumo total responsabilidade pelas mesmas nos termos da legislação vigente.

Maringá, ____/____/20____.

CIENTE, AUTORIZO ESTA VISITA

Custodiado (a)_____
Requerente**Para uso exclusivo da Unidade Penal
AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO**

Pedido: Deferido () Indeferido () _____

Maringá, ____/____/____.

Assinatura do Diretor

CFACF _____ IPC _____ ÓRACULO _____ INFOSEG: _____ Rec. Por Correio em:

Atendido por: _____ / Consultado por: _____ / Doc. Conf. Original por: _____

Os documentos enviados e ou anexados neste requerimento **NÃO** serão devolvidos.

Alertamos para que se for constatado qualquer irregularidade durante ou mesmo depois de concedida a credencial o DEPEN se reserva do direito de cancelar / Suspender ou Excluir a presente credencial.

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu _____, portador(a) do RG nº.
_____/_____, inscrito(a) no CPF nº _____,

DECLARO para os devidos fins de comprovação de residência, especificamente para a Penitenciária Estadual de Maringá – Departamento Penitenciário do Paraná, que o(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG nº.
_____/_____, inscrito (a) no CPF nº _____,

reside no endereço: _____ nº
_____, bairro _____, CEP _____ cidade de
_____, Estado _____, Conforme cópia

de comprovante anexo.

Observando as responsabilidades legais do disposto no Art. 299 do CPC e Art. 2º § 7º da Portaria 499 de 14/11/2014-DEPEN.

“ Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

“Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

_____, _____ de _____ de 20_____.
(LOCAL E DATA)

Assinatura do declarante com firma reconhecida

Juntar a última fatura do comprovante (água, luz ou telefone)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO CIVIL

Eu _____, portador(a) do RG nº.
_____/_____, inscrito(a) no CPF nº _____

DECLARO para os devidos fins de direito, especificamente para a Central de Credenciais de Visitas do Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná, que atualmente meu Estado Civil é _____, e que pretendo visitar o custodiado(a) _____, como

namorado(a), ora em cumprimento de pena na PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ.

Declaro ainda, estar ciente das responsabilidades legais do disposto no Art. 299 do CPC e Art. 2º § 7º da Portaria 499/2014 DE 14/11/2014 – DEPEN e Art. 41 da Lei de Execuções Penais.

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

“Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

_____, _____ de _____ de 20_____.
(LOCAL E DATA)

Assinatura do declarante com firma reconhecida

ESTA DECLARAÇÃO NÃO PODE CONTER RASURAS OU EMENDAS
Juntar a fotocópia legível da cédula de identidade ou documento oficial com foto

DECLARAÇÃO DE CONVIVÊNCIA MARITAL

Eu, _____ RG nº _____/_____,
abaixo assinado(a), residente e domiciliado(a) à Rua _____
_____, bairro _____, na cidade de _____ Estado
_____, DECLARO para os devidos fins de direito, especificamente para a Central de
Credenciais de Visitas do Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná – DEPEN, que convivo
com _____ RG nº _____/_____ desde
_____/_____/_____ até a data de sua prisão, ora em cumprimento de pena na Penitenciária Estadual de
Maringá, como se casado fosse. Cientes das responsabilidades legais dispostas no Art. 299 do CPC, Art. 2º §
7º da Portaria 499/2014 DE 14/11/2014 – DEPEN e Art. 41 da Lei de Execuções Penais. Ficando nomeadas
as testemunhas abaixo relacionadas, às quais têm pleno conhecimento da convivência do casal.

_____, ____/____/20____.
(Local e data)

Assinatura (firma reconhecida em cartório)

1º Testemunha:

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Profissão: _____ RG: _____/_____
Telefone: (____) _____

Assinatura (firma reconhecida em cartório)

2º Testemunha:

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Profissão: _____ RG: _____/_____
Telefone: (____) _____

Assinatura (firma reconhecida em cartório)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.
Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

ESTA DECLARAÇÃO NÃO PODE CONTER RASURAS OU EMENDAS

(Juntar a fotocópia legível da cédula de identidade ou documento oficial com foto das testemunhas)

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____ nº _____ Bairro _____ na cidade de _____ Estado _____, telefone nº. (____) _____, na qualidade de responsável legal do(s) menor(es) abaixo mencionado(s),

A U T O R I Z O

a(o) Senhor(a)** _____, * _____
(NOME) (PARENTESCO)
identidade nº _____ residente e domiciliada(o) à Rua _____ nº _____, Bairro _____ na cidade de _____, Estado _____ para os devidos fins de direito, especificamente para a Central de Credenciais do Departamento de Execução Penal do Estado do Paraná, considerando a Lei **12.962 de 08 de Abril de 2014**, a conduzir, nas visitas ao custodiado _____, o(s) menor(es) _____

seu(s) filho() / irmão() / neto() / enteado().

Observando-se o Artigo 299 do CPB e Art. 2º § 7º da Portaria 499/2014 DE 14/11/2014 – DEPEN e Art. 41 da Lei de Execuções Penais.

“Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

“Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

Autorizador

(Assinatura com firma reconhecida em cartório)
(Juntar a fotocópia da identidade)

ESTE DOCUMENTO NÃO PODE CONTER RASURAS OU EMENDAS
OBS.: * grau de parentesco, ** nome.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária

Departamento Penitenciário - DEPEN

Termo de Responsabilidade e Compromisso em Relação à Conduta nas Visitas de Crianças e Adolescentes

Eu, _____, principal responsável legal pela(s) criança(s)/adolescente(s) _____

_____, assino o presente termo de responsabilidade e compromisso em relação à conduta nas visitas de crianças e adolescentes que estão sob minha tutela no ato da visita ao preso: _____

_____, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, compreendendo os mesmos como sujeitos de direito e em desenvolvimento e estou sendo informado que a lei assegura todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade e que a lei prima na proteção e socorro.

Sendo assim, estou ciente que se, durante as visitas de crianças/adolescentes, cometer, individual e/ou coletivamente qualquer ato previsto no Estatuto Penitenciário, no Código Penal e ou Portarias que regem as normas de visitas na Unidade Penal, considerado como ato infracional e/ou penal, terei a credencial da(s) criança(s)/adolescente(s), primeiramente retida pela segurança, posteriormente suspensa e/ou cancelada pelo Diretor da Unidade, e que devo entrar em contato com Serviço Social da unidade para agendar reunião, se necessário, e esclarecer os fatos.

Também estou informado(a) que, qualquer que seja a gravidade da situação, o Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, será oficialmente informado dos fatos para que possa acompanhar a família.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8069/90.

Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

_____, _____ de _____ de 20_____.
(LOCAL E DATA)

Pai, Mãe ou Representante Legal
(Quem for levar a criança)

Preso
(Assinatura ficará a cargo da Unidade Penal)